



ALVARÁ DE LICENÇA PARA A REALIZAÇÃO DE OPERAÇÕES DE GESTÃO DE RESÍDUOS Nº 000077- / -2008

Nos termos do artigo 33º do Decreto-Lei nº 178/206, de 5 de Setembro, é emitido o presente alvará de licenciamento à empresa

CORAÇÃO D'AÇO – Reciclagem de Sucatas, Lda

com sede na Rua Alves Redol, Letras JCC, 2680-173 CAMARATE, detentor do NIPC 507 793 722, para as operações de:

armazenagem e triagem de resíduos.

A realização das operações de gestão de resíduos fica sujeita à execução do projecto e ao cumprimento integral das especificações anexas, as quais fazem parte integrante do presente alvará.

O presente alvará de licença é válido até 11 de Setembro de 2013.

Lisboa, 11 de Setembro de 2008

A Vice-Presidente

Fernanda do Carmo

Especificações anexas ao Alvará nº 000077- / -2008

O presente Alvará é concedido à empresa **CORAÇÃO D'AÇO – Reciclagem de Sucatas, Lda** na sequência do licenciamento simplificado ao abrigo do artigo 32º do Decreto-Lei nº. 178/2006, de 5 de Setembro.

1. Operações objecto da licença e respectivos códigos D e R publicados no Anexo III da Portaria nº 209/2004 de 3 de Março

A operação de gestão em causa consiste na armazenagem e triagem de resíduos, até perfazer quantidade que justifique o envio para operador autorizado para a valorização.

- R13 - Acumulação de resíduos destinados às operação R4 e R5.

2. O estabelecimento fica licenciado para receber os resíduos, aos quais se encontra associado o respectivo código LER, assim como aos quantitativos anuais máximos indicados:

12 01 03 - aparas e limalhas de metais não ferrosos	60 t
12 01 04 - poeiras e partículas de metais não ferrosos	60 t
15 01 01 - embalagens de papel e cartão	60 t
15 01 04 - embalagens de metal	60 t
16 01 18 - metais não ferrosos	100 t
16 08 01 - catalisadores usados contendo ouro, prata, rénio, ródio, paládio, irídio ou platina (excepto 16 08 07)	10 t
17 04 01 - cobre, bronze e latão	60 t
17 04 02 - alumínio	100 t
17 04 03 - chumbo	30 t
17 04 04 - zinco	30 t
17 04 06 - estanho	30 t
19 10 02 - resíduos não ferrosos	60 t
19 12 03 - metais não ferrosos	60 t
20 01 01 - papel e cartão	60 t
20 01 39 - plástico	60 t

3. O estabelecimento em causa deverá ter em atenção as condições seguintes:

3.1- A gestão de resíduos deve obedecer ao estipulado no Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de Setembro.

3.2- A empresa tem 30 dias, após o início da actividade, para se registar no Sistema Integrado de Registo Electrónico de Resíduos (SIRER), conforme disposto na alínea

Especificações anexas ao Alvará nº 000077- / -2008

b) do artigo 48º do Decreto-Lei n.º 178/2006, regulamentado na Portaria n.º 1408/2006, de 18 de Dezembro. As entidades abrangidas estão obrigadas a possuir registo da seguinte informação:

- Origens discriminadas dos resíduos;
- Quantidade, classificação (LER) e destino discriminados dos resíduos;
- Identificação das operações efectuadas;
- Informação relativa ao acompanhamento efectuado, contendo os dados recolhidos através de meios técnicos adequados.

3.3- O produtor dos resíduos deve proceder à sua separação na origem de forma a promover a sua valorização por fluxos e fileiras.

3.4- O armazenamento de resíduos deve ser efectuado de forma a não provocar danos para o ambiente nem para a saúde humana, prever o risco de incêndio ou explosão, e respeitar todas as regras de segurança. Os resíduos devem ser colocados em local devidamente impermeabilizado e confinado de modo a não haver contaminações do solo, devendo os resíduos estar identificados com o respectivo código LER.

3.5- Os resíduos só podem ser enviados para empresas devidamente licenciadas para operações de gestão desses resíduos.

3.6- O transporte de resíduos deve ser acompanhado por guia devidamente preenchida em triplicado (Modelo 1428 da INCM) de acordo com o disposto na Portaria n.º.335/97 de 16 de Maio.

3.7- A gestão de óleos minerais usados deve obedecer ao estipulado no Decreto-Lei n.º. 153/2003, de 11 de Julho

3.8- Cumprir o estipulado no Regulamento Geral do Ruído publicado no Decreto-Lei n.º. 9/2007, de 17 de Janeiro

3.9- Cumprir as normas gerais de protecção da qualidade do ar estipuladas no Decreto-Lei n.º. 78/2004, de 3 de Abril, sendo de salientar que é expressamente proibida a queima a céu aberto de qualquer resíduo.

3.10 – Devem ser cumpridos todas as disposições dos instrumentos de gestão territorial, bem como todas as condicionantes e regimes legais especificamente aplicados à localização da instalação

3.11- Devem ser cumpridas todas as disposições legais aplicáveis relativamente à segurança, higiene e saúde no trabalho, nomeadamente as fixadas no Código do

Especificações anexas ao Alvará nº 000077- / -2008

Trabalho, aprovado pela Lei nº. 99/2003, de 27 de Agosto, regulamentada pela Lei nº. 35/2004, de 29 de Julho.

4. Face aos documentos apresentados a empresa terá o responsável técnico seguinte:

- João Manuel Moreno Constantino da Costa

5. Identificação da instalação

- Nome da empresa: **CORAÇÃO D'AÇO – Reciclagem de Sucatas, Lda**
- Endereço: **Rua Alves Redol, Letras JCC, Camarate**
- Código Postal: **2680-173 CAMARATE**
- Freguesia: **Camarate**
- Município: **Loures**
- Telefone: **219 471 206**
- Fax: **219 471 206**
- Nº de Contribuinte: **507 793 722**

Lisboa, 11 de Setembro de 2008